

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE  
CAMPINAS S.A. – CEASA**

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. – CEASA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

**CONTEÚDO**

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 – Balanços patrimoniais

Quadro 2 – Demonstrações do resultado

Quadro 3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores  
Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – Ceasa  
Campinas - SP

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – Ceasa, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – Ceasa em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Conforme mencionado nas notas explicativas 6 e 10, a companhia realiza um volume significativo de operações com partes relacionadas (Prefeitura de Campinas) em condições definidas entre elas. Portanto, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, os resultados das operações poderiam ser diferentes.

Campinas, 1º de fevereiro de 2006

Oswaldo dos Santos Fonseca  
Sócio-Contador  
CRC 1SP207386/O-2  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5

## **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. – CEASA**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

**(Em milhares de reais)**

#### **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – Ceasa é uma sociedade de economia mista, constituída em 1975, com participação da prefeitura de Campinas. A sociedade tem como principal objeto a constituição, instalação, administração e permissionamento de espaço nas centrais de abastecimento e hortomercados, traçando diretrizes para a comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A Ceasa administra os cardápios referentes às merendas do convênio “Programa de Alimentação Escolar” da prefeitura de Campinas, cobrindo 100% das escolas públicas localizadas no município. Além desse, a Ceasa administra também o convênio “Banco de Alimentos”, que tem por finalidade a recepção de alimentos impróprios para venda por parte de grandes redes de supermercados, mas ainda apropriados para consumo humano, que são posteriormente passados para entidades assistenciais.

A partir do exercício de 2005 os convênios “GDR – Selo de qualidade” que tinha como finalidade a concessão de um selo de qualidade para os estabelecimentos que vendem alimentos, garantindo que naquele local os alimentos possuem qualidade e o “GDR – Rural” que tinha como finalidade a prestação de assistência ao produtor rural, harmonizando a produção do campo com o consumo urbano, ou seja, era uma espécie de garantidor da segurança alimentar urbana, não são mais objeto de administração da Ceasa.

#### **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei nº 6.404/76).

Para uma melhor apresentação das demonstrações contábeis, o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2004 teve uma reclassificação do saldo a receber da Prefeitura de Campinas, no montante de R\$ 3.304, anteriormente classificado no ativo realizável a longo prazo, para o ativo circulante.

### **3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a Ativos e passivos circulantes e a longo prazo**

Os ativos circulantes e a longo prazo são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

#### **b Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido de rendimentos apropriados *pro rata temporis* até a data-base do balanço.

#### **c Provisão para devedores duvidosos**

A administração entende que a provisão para devedores duvidosos foi constituída pelo valor suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber dos permissionários da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Provisão</u> %
Permissionários em processo de cancelamento	100
Permissionários com ação consignatória	30

#### **d Estoques**

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

#### **e Imobilizado**

Os saldos das rubricas “Instalações, Veículos, Móveis e utensílios e outros” estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Já os saldos das rubricas “Terrenos, Edificações e Urbanizações” estão registrados pelo valor de mercado por meio da reavaliação contabilizada em 2 de setembro de 2004, baseada em laudo de peritos independentes, com contrapartida no patrimônio líquido, realizada contra a conta de prejuízos acumulados, mediante depreciação e alienação dos bens que a originou.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa 8.

#### **f Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício.

**g Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A reversão do imposto de renda foi efetuada à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o valor realizado da reserva de reavaliação e sobre o saldo do lucro inflacionário. A contribuição social foi revertida pela alíquota de 9%.

#### 4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Instituição</u>	<u>Modalidade</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Banco do Estado de São Paulo S.A.	Fundo de Investimento Financeiro		353
Banco do Brasil S.A.	Fundo de Investimento Financeiro	73	450
		<u>73</u>	<u>803</u>

#### 5 CONTAS A RECEBER

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Permissionários a receber	359	347
Provisão para devedores duvidosos	<u>(24)</u>	<u>(33)</u>
	<u>335</u>	<u>314</u>

#### 6 ESTOQUES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Compra para revenda – Programa de Alimentação Escolar	485	386
Material para consumo próprio da Ceasa	<u>123</u>	<u>117</u>
	<u>608</u>	<u>503</u>

#### 7 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo é representado por depósitos judiciais de ações trabalhistas, acordos com permissionários cujos direitos são realizáveis após 12 meses, e saldo a receber de permissionários com valores vencidos que estejam na esfera judicial. A administração constitui 100% de provisão para devedores duvidosos para o saldo dos permissionários em atraso que estão em juízo por entender que esses créditos são de difícil realização.

## 8 IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2005	2004
Terrenos		627		627	627
Edificações	1,69 a 2,86	6.347	(2.403)	3.944	4.268
Urbanizações	2,33 a 3,33	1.181	(396)	785	838
Instalações	10	1.002	(757)	245	245
Veículos	20	518	(427)	91	153
Máq., equip. e ferram.	10	730	(146)	584	791
Móveis e utensílios	10	253	(174)	79	92
Outros	10	1.060	(911)	149	132
Obras em andamento (*)		103		103	
		<u>11.821</u>	<u>(5.214)</u>	<u>6.607</u>	<u>7.146</u>
Ativos reavaliados					
Terrenos		35.053		35.053	35.053
Edificações	1,69 a 2,86	48.405	(1.463)	46.942	48.039
Urbanizações	2,33 a 3,33	4.575	(164)	4.411	4.534
		<u>88.033</u>	<u>(1.627)</u>	<u>86.406</u>	<u>87.626</u>
		<u>99.854</u>	<u>(6.841)</u>	<u>93.013</u>	<u>94.772</u>

(\*) O saldo da conta refere-se à primeira parcela dos gastos com a ampliação do pavilhão de beneficiamento 2 (PB 2), que deverá ser concluído até abril de 2006.

## 9 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Em 16 de julho de 2004, foi emitido o laudo de reavaliação por empresa especializada, tendo como data-base o mês de junho de 2004.

O referido laudo foi aprovado pela Assembléia de Acionistas em 2 de setembro de 2004. O resultado dessa reavaliação está a seguir demonstrado:

	Valor reavaliado	Valor contábil líquido	Mais valia
Terrenos	35.680	627	35.053
Edificações	52.696	4.291	48.405
Urbanizações	5.431	856	4.575
Totais	<u>93.807</u>	<u>5.774</u>	<u>88.033</u>



A mais valia foi acrescida aos saldos do imobilizado, a crédito da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido da sociedade. O valor reavaliado dos terrenos, edificações e urbanizações passou a ser depreciado pela sua vida útil e econômica remanescente estimada, conforme taxas de depreciação indicadas pelo perito responsável, no laudo de avaliação.

## 10 PREFEITURA DE CAMPINAS

Natureza das operações	2005		2004	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Convênio – Programa de alimentação escolar (1)	5.475		3.304	
Convênio – Banco de alimentos (2)	32			15
Convênio – Programa GDR-rural (2)				29
	<u>5.507</u>		<u>3.304</u>	<u>44</u>

(1) Refere-se a valores a receber decorrente do abastecimento e distribuição dos alimentos nas escolas públicas do município de Campinas. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratório

(2) Refere-se aos valores adiantados para pagamento dos gastos decorrentes dos respectivos programas. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.

## 11 FORNECEDORES

	2005	2004
Convênio - Programa de Alimentação Escolar	5.380	3.421
Permissão de uso - Ceasa	469	369
Outros	3	4
	<u>5.852</u>	<u>3.794</u>

## 12 TRIBUTOS DIFERIDOS

Referem-se ao IRPJ e CSLL devidos sobre a realização futura da reserva de reavaliação constituída em 2 de setembro de 2004 e sobre o saldo remanescente do lucro inflacionário.

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
I.R.P.J. diferido - lucro inflacionário		37
I.R.P.J. diferido - reavaliação	12.814	13.119
C.S.L.L. diferido - reavaliação	<u>4.622</u>	<u>4.732</u>
	<u>17.436</u>	<u>17.888</u>

## 13 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a companhia constituiu provisão para contingências classificadas como perda provável e possível, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas e cíveis em andamento.

Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores originais dos processos.

Natureza					Probabilidade de perda	
	Provável	Possível	Remota	Total	Provisionado	
					<u>2005</u>	<u>2004</u>
Trabalhistas ( ± 40 processos)	42	305	107	454	347	175
Cíveis (± 30 processos)	<u>29</u>		<u>44</u>	<u>73</u>	<u>29</u>	<u>29</u>
	<u>71</u>	<u>305</u>	<u>151</u>	<u>527</u>	<u>376</u>	<u>204</u>

## 14 DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro.

Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não deve ser analisado isoladamente: deve ser avaliado em conjunto com as demonstrações contábeis, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo está demonstrada a apuração do EBITDA da Companhia:

	2005	2004
Prejuízo do período	(1.369)	(1.133)
. Imposto de renda e contribuição social	(452)	(509)
. Depreciação	1.941	2.063
EBITDA	<u>120</u>	<u>421</u>

## 15 CAPITAL SOCIAL

O capital social em 31 de dezembro de 2005 e 2004, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 8.562.223 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas a 99,99% das ações para Prefeitura de Campinas e 0,01% entre outros acionistas.

## 16 SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A companhia possui seguros contratados contra incêndio e vendavais em montantes considerados suficientes pela administração, para cobertura de eventuais sinistros de seus imóveis e veículos.

\* \* \*